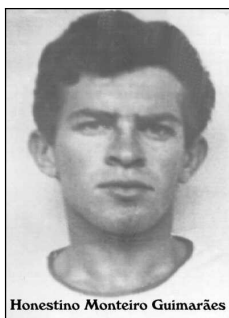




COMISSÃO DA VERDADE DA UNE

Relatório Preliminar nº 1



Honestino Monteiro Guimarães

HONESTINO MONTEIRO GUIMARÃES (1947-1973)

Estudante de geologia da UnB. Atuou no movimento estudantil entre 1965 e 1973, tendo sido presidente da UNE. Foi membro da Ação Popular. Preso em 1973, foi assassinado no mesmo ano. As circunstâncias de sua morte e o paradeiro de seu corpo permanecem desconhecidos.

1. Trajetória política

Liderança em Brasília – Honestino nasceu em 28 de março de 1947 em Itaberaí (GO). Foi casado com Isaura Botelho Guimarães, com quem teve uma filha, Juliana. Mudou-se para Brasília no ano de inauguração da capital federal, em 1960. Estudante brilhante, foi o primeiro colocado no vestibular para o curso de Geologia da UnB em 1964, quando tinha 17 anos. Foi membro da Ação Popular (depois Ação Popular Marxista-Leninista), organização de origem católica com forte presença no meio estudantil. Presidiu o centro acadêmico do curso e a Federação dos Estudantes da UnB (FEUB). Em agosto de 1968 foi preso na invasão ao campus da UnB com outras sete lideranças estudantis. Arrancado da sede da FEUB, permaneceu preso até novembro. Nesse intervalo, acabou expulso da universidade.

Clandestinidade – Solto após prisão ocorrida na invasão do campus da UnB em 1968, e em razão do Ato Institucional nº 5, foi obrigado a abandonar o curso, mudar-se para Goiânia e viver na clandestinidade. Manteve contato sigiloso com a família, que vivia sob constante preocupação. Seu pai, desgastado pelas noites passadas em claro, acabou vitimado por um acidente de carro no final de 1968. Honestino integrou a diretoria da UNE a partir de 1969, em chapa eleita na remontagem do 30º Congresso da UNE, frustrado em 1968 por forças policiais. Assumiu interinamente a presidência em 1969 com a prisão de Jean Marc von der Weid. Em 1971, num novo Congresso, foi eleito presidente da entidade, função que exerceria até sua prisão, aos 26 anos, no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1973.

Referências: Guimarães, Almeida e Aguiar (2003); Monteiro (1980 e 1998); Moura (2003); Romagnolli e Gonçalves (1979).

2. Vinculação partidária

Ação Popular, do surgimento à desarticulação – Inicialmente denominada Ação Popular (AP), foi fundada em junho de 1962 por integrantes da Juventude Universitária Católica (JUC). Hegemônica no movimento estudantil, assumiu como referência ideológica o “socialismo humanista”, conforme formulado por filósofos como Mounier e Chardin, entre outros. Sob a repressão da ditadura militar, aderiu ao marxismo e, mais especificamente, ao maoísmo e à tese da guerrilha rural, passando em 1971 a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Em 1973, fundiu-se com o Partido

Comunista do Brasil (PCdoB). Parte de seus integrantes não aderiu à fusão e acabou desarticulada sob uma onda de várias prisões – dentre as quais a de Honestino.

Retomada e integração ao PT – Ao longo dos anos 1970, a APML se reorganizou lentamente, retomando sua atuação junto aos movimentos sociais, assumindo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como espaço de atuação legal. No início dos anos 1980, com o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), parcela significativa dos seus integrantes aderiu ao partido, diluindo-se em seu interior. Remanescentes da APML que não aceitaram a dissolução do grupo no PT, concentrados inicialmente na região nordeste, mantiveram articulados no interior do partido em torno de uma Fração Organizada da APML, a qual em 1982 daria origem à Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP).

Referências: Harnecker (1994); Lima e Arantes (1984); Menegozzo et al (2009); Ridenti (2006).

3. Contexto de atuação

Ascenso das lutas populares – O período de atuação política de Honestino se concentra entre meados da década de 1960 e o início dos anos 1970. A conjuntura é marcada pela intensificação das mobilizações populares, que confluíram para uma campanha por Reformas de Base – um conjunto de reformas estruturais assumidas pelo então presidente João Goulart. Os estudantes se inseriram neste contexto, articulados em torno da luta pela reforma universitária. Em 1964, ante à polarização da luta política, a direita reage e deflagra um golpe de Estado que marca o início da ditadura militar (1964-1985).

Recrudescer a repressão – Passado o golpe, o movimento estudantil retoma suas lutas, que culminam nas passeatas de 1968. Naquele ano, o regime se fecha ainda mais, levando muitos à luta armada. Honestino, ligado à Ação Popular, permanece no movimento. Foi presidente da UNE num período de repressão intensa – ainda pouco estudado do ponto de vista do movimento estudantil – que culminou na autodissolução da entidade em 1973. Ano, aliás, que marca a retomada das lutas em diversas universidades, catalisadas pela repercussão do assassinato de Alexandre Vanucchi Leme. Algo diverso do ocorrido com Honestino, assassinado no mesmo ano, mas desaparecido no isolamento da clandestinidade.

Referências: Campos et al (1988); Cardoso (2002); Dias e Dias (1990); Gurgel (2004); Machado Neto (1967); Martins Filho (1998); Projeto Memória... (1988); Santos (1980).

4. Circunstâncias do assassinato

Prisão e desaparecimento – Antes de sua última prisão, escreve a companheiros: “a minha situação é de uma vida na clandestinidade forçada... sofri vários processos, alguns já julgados. [Eles mostram] com clareza o particular ódio e a tenaz perseguição da qual sou objeto... Por diversas vezes fui ameaçado de morte”. Honestino teria sido detido no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1973 pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar) numa operação organizada contra dirigentes da AP. Sua mãe, Maria Rosa, foi recebida por um general em dezembro de 1973, obtendo autorização para visitá-lo no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília, para onde teria sido transferido. Após longa espera, todavia, foi avisada de que ele não se encontrava no órgão.

Denúncias – Em 1974, seu nome aparece em nota oficial do MDB no qual é denunciado o desaparecimento de 11 presos políticos. Consta também da lista de 22 desaparecidos encaminhada no mesmo ano por organizações de familiares e de direitos humanos ao Gal. Golbery, então chefe da Casa Civil, que prometeu à mãe de Honestino mandar buscá-la assim que o localizassem; e ainda de nota do Ministro da Justiça, Armando Falcão, emitida em resposta a denúncias em 1975. Nesse contexto, correm boatos de sua morte: o advogado José Luiz Clerot chegou a receber de um escrivão de polícia de Brasília um telefonema dizendo que “apagaram Honestino em Recife”. E desde então nunca mais se ouviu notícias dos órgãos oficiais, à exceção de uma declaração de

ausência obtida na justiça por sua viúva, em 1983.

Referências: Grupo Tortura Nunca Mais (c2008); Guimarães, Almeida e Aguiar (2013).

5. Situação do caso

Novas revelações nos anos 1990 – Em 1992, ainda não esclarecido, o caso ganharia novos desenvolvimentos. Segundo revelações de Marival Dias Chaves do Canto, ex-agente do DOI-CODI/SP, Honestino teria sido preso por Gilberto Prata Soares (falecido em 2011), em operação comandada pelos coronéis José Brandt Teixeira e Paulo Malhães. Já segundo o então deputado José Luiz Clerot, o desaparecimento teria sido planejado de modo que sua morte, decorrida de torturas, não pudesse ser associada à sua passagem pelo cárcere. Novas investigações foram conduzidas naquele ano pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, pela OAB/DF, mas foram inconclusivas. Ainda em 1992, a família entra com ação cível por danos morais e materiais, que até 2009 encontrava-se com recurso da União no STJ. Ainda nos anos 1990, Ivan Seixas, também ele um ex-presos político, recebeu a informação de que os corpos de 17 presos políticos que teriam sido enterrados como indigentes no cemitério de Petrópolis, no Rio de Janeiro, e que passaria a ser sistematicamente verificada a partir de 2011.

Um caso em aberto – Os relatórios militares encaminhados ao Ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993 em nada esclarecem as circunstâncias do assassinato ou desaparecimento. Seu nome consta com o de nº 48 no anexo da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece o assassinato de presos políticos no período da ditadura militar; tendo sido o caso protocolado sob o nº 100/96 na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, estabelecida pelo Ministério da Justiça. Em decorrência deste processo, em 12 de março de 1996, a família recebeu atestado de óbito, no qual a causa da morte consta como indeterminada. Dá-se como certo seu assassinato pelos órgãos de repressão política, mas as circunstâncias de sua morte são até hoje desconhecidas, tendo o seu corpo jamais sido localizado. Investigações recentemente realizadas pela Secretaria de Direitos Humanos e Polícia Federal, conduzidas com apoio de Ivan Seixas, fazem crescer as chances de localização da ossada. Dona Maria Rosa, mãe de Honestino, faleceu há poucos meses, em setembro de 2012; enquanto o caso permanece em aberto.

Referências: Comissão de familiares... (2009); Guimarães, Almeida e Aguiar (2003); Loyola (2011); Miranda (1999).

6. Comissões da Verdade relacionadas ao caso

Comissão da Memória e Verdade da Universidade de Brasília “Anísio Teixeira”. Constituída em 10 agosto de 2012. Coordenador: Prof. Cristiano Paixão, docente na UnB. Andamento: composta por 11 membros, foi instalada com apoio do Reitoria da UnB, representada pelo Reitor José Geraldo Sousa Junior, e da Comissão de Anistia no Ministério da Justiça, representada por seu Presidente Paulo Abrão, tendo por objetivo apoiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, dedicando-se em seu mandato de dois anos a casos ocorridos entre 1964 e 1988, tais como o de Honestino Guimarães, Ieda Delgado e Paulo de Tarso Celestino.

Comissão da Verdade de Goiás. Constituída em 5 de dezembro de 2012. Coordenador: José Egmar de Oliveira, advogado, Vice-presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Andamento: instalada por iniciativa do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil em Goiás (OAB/GO), terá por finalidade apoiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade centralizando as investigações dos 15 casos de desaparecimentos ocorridos no estado, com especial destaque à ditadura (1964-1985) e prioridade aos casos de lavradores, funcionários do judiciário, advogados, professores e estudantes – dentre os quais inclui-se o caso de expulsão do estudante de Direito da UFG, Gilberto Franco, então presidente do DCE daquela universidade.

7. Homenagens póstumas

Homenageado no Congresso de Reconstrução da UNE na condição de último presidente da entidade (29-30 mai. 1979). Seu nome é atribuído uma rua no Jardim da Toca (4 abr. 1991), em São Paulo, em ato com presença da então prefeita Luiza Erundina. Ainda em São Paulo, dá nome a um dos viadutos do Complexo João Dias, no município de São Paulo (19 set. 1992). No Rio de Janeiro, seu nome foi atribuído a rua localizada no Recreio dos Bandeirantes. Com o reconhecimento de seu óbito em 1996, foi homenageado pelo Diretório Central dos Estudantes da UnB, que incorporou seu nome à denominação da entidade (26 ago. 1996). Na UnB, o Reitor Cláudio Todorov outorgou-lhe o título do Mérito Universitário (1996).

Seu nome foi mais recentemente incorporado também à denominação do Museu Nacional, projetado por Oscar Niemeyer, localizado ao lado da Catedral de Brasília (15 dez. 2006). Homenageado em ato realizado na UnB por ocasião dos 65 anos de seu nascimento (28 mar. 2012). Homenageado em ato do Conselho Nacional de Entidades Gerais, promovido pela UNE (jan. 2013). Deverá ser homenageado no 53º Congresso Nacional da UNE, em Goiânia, quando seu nome será atribuído, num ato com participação da Comissão Nacional da Verdade, a uma praça na Universidade Federal de Goiás (2013).

Referências: Comissão da Familiares... (2009); Ribeiro Neto (1985).

8. Recomendações

1. Realizar em colaboração com a equipe de apoio de Goiânia da Comissão da Verdade da UNE um ato de homenagem a Honestino para a formal designação, com seu nome, de praça localizada no *campus* da Universidade Federal de Goiás;
2. Incorporar o nome da mãe de Honestino e batalhadora da verdade e da justiça falecida em setembro de 2012, à denominação deste comissão, que passaria à denominar-se Comissão da Verdade da UNE “Maria Rosa Guimarães”;
3. Consolidar levantamento bibliográfico sobre o movimento estudantil em Goiás e no Distrito Federal visando identificar pesquisadores que possam se somar às atividades da Comissão da Verdade da UNE no caso de Honestino;
4. Estabelecer de um Grupo de Trabalho Conjunto entre as Comissões da Verdade da UNE, de Goiás e da UnB, procurando reunir esforços em torno do caso (detalhes no item 6);
5. Solicitar audiência com representantes da CNV para verificação do estágio das investigações relativas a Honestino;
6. Solicitar entrevista com envolvidos em tentativas de elucidação do caso, passadas ou presentes, tais como o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay), o ex-ministro José Luiz Clerot e o ex-presos político Ivan Seixas, visando a familiarização com os dados já disponíveis e a identificação e colaboração com possíveis linhas de aprofundamento das investigações (detalhes no item 5);
7. Reivindicar junto à CNV a convocação de Paulo Malhões e José Brandt Teixeira, apontados pelo ex-agente do DOI-CODI/SP Marival Dias Chaves do Canto, como comandantes da operação em que Honestino foi detido, tendo em vista o esclarecimento das circunstâncias de seu assassinato e do paradeiro de seu corpo (detalhes no item 5);
8. Reivindicar junto à CNV o acesso a documentos de órgãos pelos quais teria passado – Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília, e órgãos de repressão em Recife –, e que podem eventualmente lançar nova luz ao caso (detalhes nos item 4 e 5).

9. Reivindicar junto à CNV à constituição de um Grupo de Trabalho especificamente dedicado aos estudantes, considerando sua significativa participação na luta contra a ditadura, notadamente nas ações armadas.
10. Incorporar as recomendações deste relatório numa resolução sobre a Comissão Nacional da Verdade e o caso Honestino, a ser submetida ao plenário do 53º Congresso da UNE.

8. Referências bibliográficas

CAMPOS, E. S. D. et al. “Projeto Memória do Movimento Estudantil da UnB – PROMEMEU”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 7., 1988, Brasília. *Anais...* Brasília: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1988.

CARDOSO, M. D. C. *Movimento estudantil em Goiânia (1960-1964)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS; INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE; Imprensa Oficial, 2009.

DIAS, R; DIAS, R. *Desafiando a utopia*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1990.

DUARTE, T. M. “O Movimento estudantil em Goiás nos anos 60”. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, n. 22, p. 85-102, 1994.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ. “Mortos e desaparecidos: Honestino Guimarães”. *Portal do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ*. Rio de Janeiro, c2008. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>. Acesso em 9 mai. 2013.

GUIMARÃES, Luiz Carlos Monteiro; ALMEIDA, Betty Almeida; AGUIAR, e Katia. *Portal de Informações sobre Honestino Guimarães*. 2013. Disponível em: <<http://www.honestinoguimaraes.com.br>>. Acesso em 9 mai. 2013.

GURGEL, A. P. *A rebelião dos estudantes: Brasília, 1968*. 2. ed. Brasília: Revan, 2004.

HARNECKER, M. *O sonho era possível: a história do Partido dos Trabalhadores contada por seus próprios protagonistas*. São Paulo: MEPLA, 1994.

LIMA, H.; ARANTES, A. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

LOYOLA, L. “Na pista dos desaparecidos”. *Revista Época*. 1 abr. 2011. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI223049-15223,00.html>>. Acesso em 17 mai. 2013.

MACHADO NETO, A. L. A. “Ex-universidade de Brasília: significação e crise”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 139-158, 1967.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP; São Carlos: Editora da UFSCAR, 1998.

MENEGOZZO, C. H. M et al. Ação Popular Marxista-Leinista. In: _____. *Centro Sérgio Buarque de Holanda: Guia de Acervo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/guia_CSBH.pdf>. Acesso em 17 mai. 2013.

MIRANDA, N.; TIBÚRCIO, C. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar – a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Boitempo, 1999.

MONTEIRO, M. R. L. *Duas vidas, uma personalidade*. 2. ed. Brasília: Itiquira, 1980.

MONTEIRO, M. R. L. *Honestino: o bom da amizade é a não-cobrança*. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.

MOURA, E. A. M. *A atuação política de Honestino Guimarães no movimento estudantil em Brasília (1964-1968)*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

PROJETO de Memória do Movimento Estudantil na UnB. “O movimento estudantil na UnB: algumas considerações Históricas (relatório parcial do PROMEMEUI)”. *Cadernos de Classe*, nº 0, Brasília: DCE-Livre/UnB “Honestino Guimarães”, 1988.

RIBEIRO NETO, A. “Um laço que não UNE mais”. *Desvios*, São Paulo, n. 4, p. 60-71, 1985.

RIDENTI, M. S. “Ação Popular: Cristianismo e Marxismo”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão Reis; RIDENTI, Marcelo (Org.). *História do Marxismo no Brasil*, vol. 5. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, v. , p. 213-282.

ROMOGNOLI, L. H.; GONÇALVES, T. *A volta da UNE: de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979. (Caderno História Imediata, n. 5).

SANTOS, N. B. (Org.). *História da UNE*. São Paulo: Livramento, 1980.

SALMERON, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília, 1964-1965*. Brasília, Editora UnB, 1999.

Equipe técnica: Raisa Marques (Coord.), Alessandra Castilho e Carlos Henrique Menegozzo.

Data: 21 mai. 2013.